

# UMA ANÁLISE DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO (2017) COM ENFOQUE NA DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO

Antônio Jefferson Teixeira Sousa <sup>1</sup>  
Marcos Andrade Alves dos Santos <sup>2</sup>  
Juliana Brito Cavalcante Assêncio (Orientadora) <sup>3</sup>

## RESUMO

Dada sua importância para a formação integral de estudantes do ensino médio de escolas públicas no Brasil, a disciplina de Sociologia evoca a formação para o mundo do trabalho, mas também dispõe de recursos para possibilitar a compreensão histórica, econômica, social, política e cultural para os jovens estudantes. Com efeito, o objetivo deste trabalho é refletir sobre algumas dimensões da reforma para a Disciplina de Sociologia, valendo-se da experiência do primeiro autor como estudante de Licenciatura em Ciências Sociais e resgatando suas experiências como estudante de Sociologia do ensino básico. Este trabalho emergiu da preocupação com a disciplina e a sua institucionalização enquanto obrigatória nos currículos do ensino médio, pois sofre desde o início do século passado com, ora permissão, ora proibição da vigência da disciplina nos currículos. Outro ponto é pensar sobre a reforma do ensino médio (2017) e a sua relação com ensino de Sociologia. Em tempos como este no qual interesses neoliberais e capitalistas aprofundam modificações na sociedade brasileira, torna-se importante discutir a importância plural da Sociologia como componente curricular. Para isso, utiliza-se neste trabalho uma análise com base em pesquisa bibliográfica para compreensão abrangente do fenômeno, além de relato de experiência para uma compreensão mais singular dos achados.

**Palavras-chave:** Novo ensino médio, reforma do ensino médio, ensino de sociologia, escola, sociologia na educação.

## INTRODUÇÃO

Desde o período em que o Brasil era império, a sociologia vem sofrendo alternadas mudanças, principalmente no que consiste sua inclusão e exclusão do ensino médio brasileiro (FREITAS e FRANÇA, 2016, p. 47). A partir disso, discutiremos a respeito das implicações destas mudanças para a formação de professores e na experiência de alunos de sociologia do ensino médio. De antemão cabe afirmar que o jogo entre política e educação coloca a escola como espaço de disputas entre grupos e classes, evidenciando que os conteúdos que são ministrados na escola são objeto de disputas de poder. A Sociologia não está livre desse jogo de poder.

---

<sup>1</sup> Graduando do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade Estadual do Ceará – UECE, [sousa.jefferson@aluno.uece.br](mailto:sousa.jefferson@aluno.uece.br);

<sup>2</sup> Mestrando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Estadual do Ceará/PPGS – UECE, [marcos.andrade@aluno.uece.br](mailto:marcos.andrade@aluno.uece.br).

<sup>3</sup> Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR, [juliana\\_brito\\_psicologia@hotmail.com](mailto:juliana_brito_psicologia@hotmail.com).

A discussão sobre a última reforma do ensino médio relacionada à disciplina de sociologia é intrinsecamente importante ao curso de licenciatura em ciências sociais em virtude de ser um curso que tem por principal objetivo formar professores de sociologia para o ensino médio.

Em princípio, a reforma emerge no cenário político do governo do Presidente Michel Temer através de Medida Provisória<sup>4</sup> (MP) operacionalizada no ano de 2016, a qual tinha como maior viés a inserção de uma nova configuração para o ensino médio, dando maior visibilidade às disciplinas de Português, Inglês e Matemática, colocando-as como únicas disciplinas obrigatórias para o ensino médio.

Outro ponto era o aumento de carga horária curricular para os estudantes e a criação de itinerários formativos (áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica e profissional (MP 746/2016)). Isso gerou muitos debates e discussões, entre eles, a omissão da disciplina de sociologia dentro da MP, bem como a incapacidade estrutural das escolas de operacionalizar as mudanças.

Após a entrada da MP no Congresso Nacional, são criadas muitas emendas parlamentares, então a MP ascende em lei constitucional e cria o “Novo Ensino Médio”. Na lei há o seguinte parágrafo sobre o ensino de sociologia: “A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia” (Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017). Sendo assim, não há uma obrigatoriedade para diversas disciplinas, inclusive sociologia, ficando à disposição dos Estados a regulamentação dos currículos do ensino médio a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Desse modo, percebe-se mais uma vez a compreensão utilitarista do conhecimento sendo operacionalizada na educação do país, como assim o era no período do regime militar brasileiro (1964-1985). Esta compreensão leva em conta em conta a construção de conhecimento como um meio para um fim o qual não é relacionado a processos educacionais que tenham por intuito criar condições de reflexões críticas pelos seus agentes. Neste caso, significa empobrecer o processo pedagógico com apenas o conhecimento tecnicista em detrimento de uma formação integral que inclui diretamente a construção dos pensamentos crítico, reflexivo e intelectual (RAMOS e HEINSFELD, 2017).

Além do mais, a mesma lei determina cerca de 1800 (mil e oitocentas) horas para a execução da BNCC, na contagem total dos três anos de formação, sendo que 1200 ficarão a

---

<sup>4</sup> Medida Provisória n° 746, de 2016 (Reformulação do ensino médio). Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992>.

cargo dos itinerários formativos, os quais deverão ser oferecidos em pelo menos dois deles para cada escola e todos os cinco itinerários formativos deverão existir nos sistemas de ensino de cada Estado.

Antes de a lei ser decretada e sancionada, as horas obrigatórias tinham a quantidade de 800 (oitocentas) horas anuais nas escolas regulares de ensino médio; com a lei, projeta-se o aumento de mais 200 (duzentas) horas anuais e após “progressivamente”, como diz a lei, chegar a 1400 (mil e quatrocentas) horas anuais.

Ao passo que as condições de trabalho de professores do ensino básico sejam precárias, uma das preocupações é a de que os Estados continuem a subvalorizar a disciplina de Sociologia no currículo do ensino médio, sequenciando a ainda maior subvalorização de docentes de sociologia do ensino básico, dos quais sofrem com a “desprofissionalização, desqualificação e intensificação do trabalho docente” que são elementos os quais “representam a precarização das condições de trabalho que tais trabalhadores estão submetidos” (ABONIZIO, 2012, p. 19). Destaca-se que a disciplina de Sociologia seja minoritariamente (“19,42%”) lecionada por professores licenciados da área (BODART e SILVA, 2016, p. 176).

Há a preocupação de desvalorização da disciplina enquanto obrigatória nos currículos, colocada em itinerários formativos – tornando-a optativa – ou mesmo, como a BNCC propõe, apenas relacionar a sociologia em disciplinas equivalentes. Possivelmente isso promoveria ainda mais o sentimento de desimportância sobre a disciplina, impedindo a escola e os jovens estudantes de terem um espaço que possibilite a abordagem sociológica de

temáticas sensíveis à vida em sociedade como cultura, relação entre indivíduo e sociedade, desigualdades, movimentos sociais, ideologia e alienação, formação do Estado brasileiro, relações etnicorraciais, papéis de gênero, globalização, questão fundiária, campo e cidade, organizações políticas e Estado Moderno, democracia e cidadania, direitos civis, sociais e políticos, modos históricos de produção, mercado de trabalho, meios de comunicação e indústria cultural, fluxos migratórios, dentre outros (FERREIRA e SANTANA, 2018, p. 50).

Neste contexto, o objetivo deste trabalho é refletir sobre algumas dimensões da reforma do ensino médio para a Disciplina de Sociologia, valendo-se da experiência do primeiro autor como estudante de Licenciatura em Ciências Sociais e resgatando suas experiências como estudante de Sociologia do ensino básico.

## **METODOLOGIA**

Este trabalho emergiu da experiência do primeiro autor na disciplina de História da Educação, disciplina obrigatória para a conclusão do curso de graduação Licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Estadual do Ceará – UECE, campus Faculdade de Educação

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

de Itapipoca – FACEDI, no interior do Ceará, que foi realizado através de pesquisa bibliográfica e relato de experiência.

Esta pesquisa se desenvolve mediante pesquisa bibliográfica, agregando à reflexão as experiências do primeiro autor com disciplina de Sociologia cursada no ensino médio em uma escola da rede pública e estadual do Ceará, no município de Itapipoca. Também é importante mencionar que o autor é aluno do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais na FACEDI/UECE. A pesquisa bibliográfica para Marconi e Lakatos (2003, p. 158) “é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”.

O relato de experiência é uma metodologia a qual transcreve conhecimentos aprendidos e vistos em espaço que sejam considerados relevantes para crítica construtiva e análise para constituição de percepções sobre alguns fenômenos (MOURA *et al.*, 2018). Segundo (LOPES, 2012, p. 1), “um relato de experiência pertence ao domínio social, fazendo parte das experiências humanas, devendo conter tanto impressões observadas quanto conjecturadas”. Além disso, o autor anota que o relato “é importante para a descrição de uma vivência particular que suscitou reflexões novas sobre um fenômeno específico” (idem).

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Reforma do Ensino Médio, como refletem Ferreira e Santana (2018, p. 46) será muito difícil de ser operacionalizada, uma vez que “somos levados a imaginar que muitos serão os obstáculos para que as escolas ofereçam todos os itinerários formativos”. Nota-se nas escolas públicas as situações de falta de investimento do poder público a ponto de haver muitas escolas que não possuem uma boa biblioteca, espaços de recreação para o desenvolvimento artístico e esportivo e ampliação da visibilidade das culturais locais.

O que podemos ver a partir dessa nova política é a abertura para o crescimento da marginalização escolar a qual Saviani (1999) destaca na sua obra *Escola e Democracia*. Na Pedagogia Nova tem-se um grande foco no desenvolvimento dos estudantes enquanto aprendizes de formas de aprendizagem, desenvolver neles autonomia, apesar de ser uma boa proposta, necessita-se de um grande investimento financeiro para agregar tais valores e perspectivas na educação pública brasileira. Pois, diferente do que o autor propôs como uma “equalização social” para “correção da marginalidade”, o que acontece é: na sociedade desigual do Brasil, apenas os grupos sociais de elites têm condições de colocar seus filhos em escolas que ofereçam todas as condições necessárias a uma formação completa.

O que acontecerá com os estudantes pobres de escolas públicas quando forem colocados itinerários formativos para aprofundar habilidades e competências? Sabemos que os investimentos na Educação pública são limitados (atualmente são cada vez mais limitados pelas políticas do governo Bolsonaro) e as escolas públicas e de periferia ou no interior não possuem condições de infraestrutura suficientes às reformas; acrescente-se a isso, o temor da disciplina Sociologia tornar-se parte de itinerário e desvaler da obrigatoriedade.

Nessa conjuntura, jovens pobres e marginalizados continuarão a serem prejudicados. Eles não possuem carteiras para se sentarem bem, estudam em escolas em condições precárias de infraestrutura, com professores que não são alcançados por formações continuadas para se habilitarem às diferentes necessidades dos estudantes, em um país onde o analfabetismo funcional é realidade, onde a educação básica, nos últimos anos do ensino fundamental, possui grande número de evasão escolar (COSTIN e FONTANIVE, 2019); como jovens de camadas menos privilegiadas terão possibilidades de escolha, para aperfeiçoamento de determinada área do saber, em uma escola com carga horária da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) diminuída de 100% para 60%?

Nessa esteira, poderá aumentar é a intensificação da precarização do trabalho docente (ABONIZIO, 2012, p. 19) para os professores de muitas escolas públicas, os quais, antes, tinham de conseguir levar para sala de aula conteúdos que abrangessem as habilidades e competências da BNCC anterior, e agora os docentes terem de possibilitar o desenvolvimento dos jovens estudantes para avaliações externas, além do próprio Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Quanto ao ENEM, muitos jovens, se quiserem habilitar-se melhor para conseguir uma vaga em uma universidade, têm de fazer cursinhos pré-vestibular/pré-ENEM ou estudarem em casa conteúdos que não conseguem aprender na escola, sendo que a Educação este é um dever do Estado e da família (BRASIL, 1988).

No entanto, sabemos que muitos jovens no Brasil ainda não possuem seu direito à educação assegurado, tendo em vista que a regra de família no Brasil não é a de pessoas de elite, que têm condições objetivas de dar uma boa escola aos filhos e neste quesito o Estado falha ao querer partir da premissa que o sistema de educação no Brasil deve “modernizar” (COSTIN e FONTANIVE, 2019) sem que esteja alcançando efetivamente as camadas menos privilegiadas com ensino e infraestruturas escolares de qualidades. Os estudantes não possuem ainda esse direito assegurado, como o estudante deverá fazer escolhas de aprofundamento se nem antes da reforma havia de fato possibilidade para as camadas menos privilegiadas de aprofundar no ensino e aprendizagem com 100% da BNCC, por exemplo?

Além disso, a reforma amplia o ensino a distância (EAD), cede 20% da carga horária do ensino médio para as escolas optarem pelo EAD e na EJA (Escola de jovens e adultos) em períodos noturnos com 100% de carga horária por ensino a distância. Hoje, no mercado de trabalho as capacidades comportamentais são fator valioso para as novas pessoas que o adentram, e como colocar um curso de formação para o ensino médio à distância haveria de ser uma boa resolução? Ainda mais, os jovens que entram na EJA estão procurando uma chance de continuar sua educação formal para possivelmente prestarem vestibular e ENEM, no ensino escolar regular é difícil, quer dirá a distância com 100% de carga horária.

Diante disso, muito do que percebemos na nova BNCC é uma possível proposta de integrar cada vez mais a Pedagogia Tecniciста da qual Saviani (1999) discorre. No entanto, por detrás dela, o neoliberalismo se atualiza no seu ataque a Educação Pública, pois não se preocupa com o desenvolvimento reflexivo, político, social e histórico dos estudantes. Este modelo prioriza a intensificação da competição bruta entre os indivíduos, mascarada pelos discursos de meritocracia sem se valer dos contextos histórico, social, econômico e de classe de onde estão esses estudantes.

Seja como for, a Sociologia deve ser compreendida como uma disciplina indispensável ao ensino, não colocada como apêndice. Uma das premissas da Sociologia é contribuir para a formação integral dos indivíduos, a qual transpassa sim a formação para o mundo do trabalho, mas que também dispõe de habilidades para possibilitar a compreensão histórica, econômica, social, cultural e outras mais para os jovens estudantes.

## **A EXPERIÊNCIA NO ENSINO MÉDIO COM A DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA**

Esta seção tem por objetivo relatar sobre a experiência do primeiro autor com a disciplina de sociologia no ensino médio enquanto estudante pobre de escola pública.

Atualmente sou estudante do curso de Licenciatura em Ciências Sociais, na Faculdade de Educação de Itapipoca/FACEDI, campus da Universidade Estadual do Ceará/UECE localizado no interior do Ceará. O curso é novo e fruto de intensos debates com a sociedade local, com a Universidade e com o Estado e só foi possível depois de várias greves neste campus.

Além disso, me formei em nível de ensino médio em uma escola estadual de educação profissional (EEEP) de tempo integral no interior do Ceará. À época, a escola ofertou cursos técnicos em Redes de Computadores, Enfermagem, Comércio, Hospedagem e Administração dos quais um seria escolhido na seleção para ser estudante da escola; a seleção era feita por meio de média das notas do ensino fundamental II dos estudantes.

Desse modo, as escolas profissionais foram pensadas para serem implementadas primordialmente nas escolas regulares que estivessem em “áreas de vulnerabilidade social; apresentarem indicadores educacionais abaixo do esperado como forma de revitalizá-las; e estarem em condições mínimas necessárias à implantação” (SEDUC, 2018).

A escola possuía quadra poliesportiva, laboratórios de informática, de hardware (curso técnico em Redes de Computadores) e enfermagem (curso técnico em Enfermagem), biblioteca, salas de aula com ar-condicionado, cantina e pátios de alimentação e arborização.

O conjunto de estudantes era composto de adolescentes do próprio município e municípios circunvizinhos, majoritariamente da cidade e pequena parcela da zona rural. Entre os alunos, havia aqueles que viajavam todos os dias para a escola por meio de transporte com família e conhecidos e transportes intermunicipais, assim como existiam aqueles que, assim como o primeiro autor, mudavam-se para morar na cidade ou ficavam a semana útil e voltava para suas respectivas cidades e interiores nos finais de semana. Destaca-se a presença de estudantes muito pobres na escola, os quais sempre tinham limitações no acesso ao aparelho.

A seleção para ingresso de estudantes dividia a maior parte das vagas para estudantes de escola pública e uma pequena porcentagem para estudantes de escolas particulares. A escola em questão chegou a ser alvo de críticas muitas vezes quando filhos de pessoa de grupos considerados socialmente dominantes, por causa especialmente do status socioeconômico, não conseguiam uma vaga.

Os professores que tive à época eram em sua maioria de suas respectivas áreas, com exceção da disciplina de Sociologia. Esta, muito embora tenha voltado a sua obrigatoriedade em 2008, ainda assim possui deficiência de profissionais licenciados da Sociologia para lecionar a disciplina no ensino médio (BODART e SILVA, 2016) e que já possuindo esse déficit de licenciados “poderá ter um agravamento desse quadro como um dos impactos da reforma, haja vista o desestímulo da formação decorrente da falta de oportunidades para os sociólogos licenciados” (FERREIRA e SANTANA, 2018, p. 51).

Após fazer essa abordagem do campo, precisa-se ponderar acerca das aulas de Sociologia. Primeiramente, é possível enfatizar que a disciplina possuía 50 minutos de aula por semana, da qual o professor que não era licenciado de Sociologia ou Ciências Sociais tinha pelo menos 12 aulas semanais acrescentando-se a elas a carga horária para Projeto Diretor de Turma e atividades afins para cumprimento de carga-horária.

Diante disso, é importante ressaltar que esta não é a única forma de vivência que existe para o professor de Sociologia. Além desta, há aquelas nas quais o professor não consegue cumprir toda a carga-horária máxima em uma escola e precisa se movimentar entre

escolas para completar a sua carga-horária; fatores que justificam a realidade difícil do professor no Brasil, portanto, do professor de Sociologia são “trabalho em vários turnos, salários depreciados, trabalho extra-sala, infra-estrutura problemática, contratos de trabalho temporários” (ABONIZIO, 2012, p. 25).

Meus professores de Sociologia não eram Cientistas Sociais, nem Sociólogos de formação. Isso não implica que as atividades que propunha estivessem em desacordo com a problemática sociológica, nem que a disciplina merecesse menor importância. Da mesma forma que um professor formado na área, eles estavam expostos à precarização do trabalho e à necessidade de melhorias constantes na formação. Por outro lado, imagino que poderia haver diferenças no ensino, se meus professores fossem formados na área das Ciências Sociais.

Hoje, percebendo o meu ensino médio, sinto falta de participações da escola na câmara dos vereadores, mesmo que como ouvinte, para possibilitar aos estudantes entender como setores públicos funcionam, como o legislativo municipal. Infelizmente, a escola reproduz discursos hegemônicos do neoliberalismo como o do mito da meritocracia, levando os estudantes a acreditarem que é possível conseguir uma vaga em cursos de elite (ex.: Medicina) apenas com esforço de estudos e sobrevalorizando pouquíssimas pessoas que conseguem cursos de elite.

Não houve um incentivo educacional que reconhecesse o contexto social, político e geográfico do estudante, de modo que cursos de licenciatura ofertados na própria cidade fossem valorizados e incentivados com intensidade pelos professores e gestão. Acredito que essa dinâmica seja relevante na formação integral do estudante, entretanto as condições da educação pública atual não são suficientes.

É importante fazer jus à minha escolha em estar em um curso de licenciatura e da área de Humanidades, quando me formei em um curso da área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Primeiramente, havia me decidido por fazer um curso que fosse ligado a TIC, entretanto, pela falta de condições objetivas para fazer um curso desta área em outra cidade – já que não tinha oferta gratuita na própria cidade – assumi o curso de Licenciatura Ciências Sociais do qual tinha feito o vestibular para aumentar as possibilidades de fazer um curso superior.

Diante disso, é possível afirmar que o desejo e o incentivo para fazer parte de um curso de licenciatura em Ciências Sociais deveriam ser possibilitados desde o início da formação de ensino médio dos estudantes. Diferentemente a proposição do Ministro da

Educação (2016)<sup>5</sup> aponta que “a falta de orientação contribui para que haja uma desistência significativa dos jovens que ingressam no nível superior”. Este discurso legitima a reforma do ensino médio através dos itinerários formativos, no entanto, não parte da realidade objetiva.

Conforme Ferreira e Santa (2018, p. 51), a disciplina de sociologia no ensino médio com a Reforma está ameaçada e junto dela:

Fica ameaçada a formação crítica e o aprofundamento nas temáticas sociais, políticas, culturais e econômicas. A sua colocação enquanto disciplina de considerável formação humana e analítica não pode se perder. Para impedir mais retrocessos é fundamental, no curto prazo, um acompanhamento no tocante às próximas decisões em torno do debate da BNCC. No longo prazo, precisamos de uma reorientação nas atuais políticas destinadas ao setor educacional - mais voltadas para a cidadania e menos para os interesses do mercado (FERREIRA E SANTA, 2018, p. 51).

Além disso, quanto à profissão de professor, a ser subvalorizada e escolhida em segunda ou última opção. É possível compreender que isso ocorre no sistema cultural brasileiro, através, inclusive, da ação dos professores. Entretanto, a escola, além de já ensinar que ser professor no Brasil é difícil, deveria ser a primeira a criar condições para emergir nos estudantes a compreensão de que são necessários excelentes professores nas escolas e universidades para que haja um novo reconhecimento da profissão de docente no país, sob um processo lento, mas construtivo.

A problemática do Novo Ensino Médio e da BNCC sortirá muitas discussões, como em espaços formativos como a Universidade, em cursos de Licenciatura, como de Ciências Sociais e, certamente, dentro de escolas as quais, através da gestão, dos professores e dos estudantes, preocupam-se com a contribuição do ensino de Sociologia para o desdobramento ou construção de uma “escola crítica, reflexiva e democrática” (FERREIRA e SANTANA, 2018, p. 1).

Ao sintetizar as ideias de Ferreira e Santana (2018, p. 47):

Devido à ausência de professores de todos os itinerários formativos na rede pública, esse sistema poderá ser levado a priorizar a “formação técnica e profissional” uma vez que, para atuar nesta área, está autorizada a contratação de “profissionais com notório saber”. Trata-se de uma equivocada percepção de que basta saber o conteúdo para poder transmiti-lo quando, na verdade, a formação docente necessita de ampla formação desenvolvida por diversos eixos pedagógicos dos cursos de licenciatura.

Juntando com as percepções de Ramos e Heinsfeld (2017) sobre a visão utilitarista da educação enquanto forma de perceber a educação como subordinada da produção para uma formação para o mercado de trabalho, é possível reiterar que a contribuição para a formação integral do estudante deve ou poderia ser para além do direito a escolher em que áreas do conhecimento se aprofundarem, mas também abrir condições objetivas deles se formarem em

---

<sup>5</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32044-censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 25 set. 19.

áreas mesmo da educação, de modo aos estudantes não serem percebido somente como “capital humano”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso atentar para a importância da Sociologia para formação integral dos estudantes. Os Estados, além de não esquecerem a disciplina enquanto obrigatória, deveriam melhorar as condições de trabalho dos professores de Sociologia, proporcionando-os subsídios para formação continuada, no caso de não licenciados na área, e, para os licenciados na área, deveriam melhorar o Plano de Carreira de modo a incentivar a migração de professores e pesquisadores da pós-graduação e graduação, como acontece nos Institutos Federais.

Ressaltamos que a Lei nº 13.415/2017 sobre o Novo Ensino Médio foi promulgada e está em processo de implementação. Isso suscita debates importantes sobre o papel da educação pública no Brasil, pois esta esfera está em constante disputas entre os grupos sociais por hegemonia. Ao propormos reflexões acerca desse panorama, temos como objetivo evidenciar a necessidade de políticas públicas para o ensino médio público brasileiro que estejam em acordo com a realidade social dos grupos sociais, especialmente atentando ao público pobre e marginalizado das escolas públicas.

Focando na disciplina de Sociologia, não somente com foco em estudos e prática, como diz a lei (nº 13.415/2017), mas como um ensino de sociologia com foco, preocupação e metodologia, tal como é para Português e Matemática. Haja vista que através dela também há possibilidades de formação integral e pensamento crítico e reflexivo para os estudantes de ensino médio, queremos apontar sua indispensabilidade nos currículos do ensino médio brasileiro.

## AGRADECIMENTOS

Na voz do primeiro autor, gostaria de dar muita gratidão ao autor Marcos Andrade Alves dos Santos por partilhar de uma jornada acadêmica e afetiva comigo.

Grato pela contribuição da professora Carol Bentes com a disciplina de História da Educação, especialmente por ter-me cedido possibilidade de conhecer a obra de Demerval Saviani.

Grato à Universidade Estadual do Ceará e à Faculdade de Educação de Itapipoca.

Grato a minha mãe.

Grato à poesia do beija-flor, do jacarandá, do lírio do campo, da poeira, das forças do amor, e do mar (símbolo, material e transfiguração do Amor Mais Lindo).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABONIZIO, G. **Precarização do trabalho docente**: Apontamentos a partir de uma análise bibliográfica. Revista Eletrônica: LENPES-PIBID de Ciências Sociais - UEL, Londrina, v. 1, n. 1, p. 1-28, jan./jun., 2012.

BODART, C. D. N.; SILVA, R. S. **O perfil do professor brasileiro de sociologia do ensino médio e sua pereção da condição docente**. Revista de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN, p. 168-189, 2016.

BRASIL. **Art. 205 – Título VIII: Da Ordem Social, Capítulo III: Da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I: Da Educação**. Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_205\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205_.asp). Acesso em: 03 mai. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Altos índices de desistência na graduação revelam fragilidade do ensino médio, avalia ministro**, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32044-censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 25 set. 2019.

BRASIL. **Legislação Informatizada - LEI Nº 13.415, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017 - Publicação Original, 16 fevereiro 2017**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13415-16-fevereiro-2017-784336-publicacaooriginal-152003-pl.html>. Acesso em: 26 abr. 2019.

COSTIN, C.; FONTANIVE, N. **BNCC do ensino médio aprovada | o que muda agora?** (canal cultura). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vqqqs4tuv0jw>. Acesso em: 26 abr. 2019.

FERREIRA, Wallace.; SANTANA, Diego Cavalcanti De. A reforma do ensino médio e o ensino de sociologia. **Perspectiva Sociológica**, n. 21, p. 41-53, jan./jul. 2018.

FREITAS, Maria Cristina Leal de; FRANÇA, Carlos Eduardo. História da sociologia e de sua inserção no ensino médio. **Movimentação**, Dourados, v. 3, n. 5, p. 39-55, ago./dez. 2017.

GALEGARI, C. **Reforma do ensino médio deve ser rejeitada - sala de professores** (TV FEPESP). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=etowritcnd8>. Acesso em: 25 abr. 2019.

LOPES, M. V. D. O. **Sobre estudos de caso e relatos de experiência**. Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste, p. 1, 22 ago. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/rene/article/view/4019>. Acesso em: 31 ago. 2019.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2003. 49 p.

MOURA, Letícia Rodrigues De; SOUSA, Raylson Francisco Nunes De; RODRIGUES, Maria Lídia Barroso; SANTOS, Marcos Andrade Alves Dos. Experiências no estágio supervisionado e sua importância para a construção da reflexividade pelo professor. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, out., 2018, Olinda/PE. **Anais [...]**. Olinda/PE: Centro de Convenções de Pernambuco (CECON-PE), 2018. Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO\\_EV117\\_MD1\\_SA1\\_ID712\\_07082018163812.pdf](https://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV117_MD1_SA1_ID712_07082018163812.pdf). Acesso em: 21 ago. 2019.

RAMOS, F. R. O.; HEINSFELD, B. D. D. S. S. Reforma do ensino médio de 2017 (Lei nº 13.415/2017): Um estímulo à visão utilitarista do conhecimento. **EDUCERE - XII Congresso Nacional de Educação**, p. 18284-18300, 2017.

SAVIANI, D. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 32. ed. Campinas, SP: Autores Associados, v. 5, 1999.

SEDUC. Secretaria de Educação do Ceará - Governo do Estado do Ceará. **Educação Profissional - Criação das EEEPs**, 2018. Disponível em: [https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=3&Itemid=103](https://educacaoprofissional.seduc.ce.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3&Itemid=103). Acesso em: 24 set. 2019.

YOUTUBE. **Dois lados da moeda: reforma do ensino médio**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yffqixvqjdy&feature=youtu.be>. Acesso em: 20 abr. 2019.